



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UNB

**Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas – FACE
Programa de Pós-Graduação em Administração – PPGA
Mestrado Profissional em Administração Pública – MPA**

Relatório Técnico

**AQUISIÇÃO DE CAPITAL SOCIAL DOS BOLSISTAS AUTODECLARADOS
NEGROS NO CONTEXTO DO PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS**

GIZANE PEREIRA DA SILVA

Orientador: João Mendes da Rocha Neto

Brasília/DF

2018

Apresentação

Este relatório técnico configura-se em um resumo expandido da dissertação “Aquisição de Capital Social dos bolsistas autodeclarados negros no contexto do Programa Universidade Para Todos”, apresentado como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Administração Pública do Programa de Pós-graduação em Administração da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas da Universidade de Brasília.

Com este relatório, pretende-se fornecer aos gestores da política pública que foi objeto de estudo subsídios para auxiliar na avaliação dos resultados da política do ProUni, sob a ótica dos próprios beneficiados, e na tomada de decisão sobre os ajustes necessários à política.

Período de realização do mestrado: março de 2016 a fevereiro de 2018.

Título da dissertação: Aquisição de Capital Social dos bolsistas autodeclarados negros no contexto do Programa Universidade Para Todos.

Orientador: Prof. Dr. João Mendes da Rocha Neto (PPGA/UnB)

Composição da banca examinadora:

- Prof.^a. Dra. Suylan de Almeida Midlej e Silva - Membro Interno (PPGA/UnB)
- Prof. Dr. João Mendes da Rocha Neto – Orientador (PPGA/UnB)
- Prof. Dr. Prof. Dr. João Henrique Pederiva – Membro Externo – avaliador externo

Palavras-chave: Políticas afirmativas; ProUni; inclusão social; população negra; ensino superior; capital social.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	3
1. REFERENCIAL TEÓRICO	3
1.1. Políticas públicas	3
2. O CAPITAL SOCIAL.....	5
3. O CONTEXTO DO PROUNI.....	6
3.1. A inclusão social pretendida pelo ProUni.....	6
4. MÉTODO DE PESQUISA	6
4.1. Caracterização da pesquisa	7
4.2. <i>Locus</i> de pesquisa	7
4.3. Procedimento de coleta de dados empíricos	7
4.4. Caracterização do roteiro de entrevistas	8
4.5. Método de análise	8
5. CONCLUSÃO	8
REFERÊNCIAS	16

1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa descreve uma análise da aquisição de capital social dos estudantes autodeclarados negros, a partir da utilização da bolsa do Programa Universidade para Todos (ProUni).

O recorte da pesquisa, com foco nos bolsistas autodeclarados negros, ou seja, estudantes autodeclarados pretos e pardos, de acordo com a classificação do IBGE, se justifica pelo fato de que, após a abolição da escravatura, pessoas pertencentes a essa etnia foram declaradas livres, mas a falta de uma integração social dos recém-liberados da escravidão em uma sociedade baseada no trabalho assalariado deixou essa população em posições mais baixas na hierarquia socioeconômica (HASENBALG; SILVA, 1988). Como o ProUni se configura, dentro do conjunto de ações afirmativas, como uma das políticas públicas voltadas à concretização do princípio constitucional da igualdade material e à neutralização dos efeitos da discriminação racial e de compleição física (FACEIRA, 2008), considera-se que a realização de uma análise dos efeitos do ProUni, especificamente em meio a esse grupo étnico, é relevante para a literatura da área de educação e políticas públicas, para o governo e para a sociedade.

1. REFERENCIAL TEÓRICO

Para analisar a aquisição de capital social no contexto específico do Programa Universidade para Todos (ProUni), é necessário percorrer uma extensa jornada de leitura e pesquisa teórica.

1.1. Políticas públicas

Na literatura especializada dos estudos de políticas públicas, não há consenso quanto à definição do que é uma política pública. Alguns autores defendem a abordagem estatista, ou

seja, aquela que considera as políticas públicas, analiticamente, monopólio de atores estatais; outros autores, por sua vez, defendem abordagens multicêntricas, que consideram organizações privadas, organizações não governamentais, organismos multilaterais e redes de políticas públicas, juntamente com atores estatais, protagonistas no estabelecimento das políticas públicas (SECCHI, 2013).

A definição que melhor atende ao propósito desta pesquisa é a de Laswell (1958), ou seja, a de que as decisões e as análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz.

1.2. O campo das políticas públicas

Por meio das políticas públicas, o Estado produz e/ou distribui bens e serviços coletivos. A Constituição Federal é o mecanismo de instituição dos direitos e deveres dos cidadãos e das normas que orientam a ação executiva do Estado. Dessa maneira, seguindo o argumento de Demeter (2002), conclui-se que políticas públicas dizem respeito às diversas maneiras de ação do Estado e de seus distintos governos quando tratam de questões relacionadas à vida econômica, social e política de seus cidadãos.

1.3. Políticas públicas para a educação

De acordo com Barros (2017), a educação brasileira reuniu nas últimas décadas diversas estatísticas positivas, em especial aquelas relacionadas à inclusão de distintos grupos sociais. Segundo Barros (2017), a inclusão social vem de fato aumentando, mesmo que ainda esteja longe de ter chegado ao ideal. Esse aumento, entretanto, não é o suficiente para atenuar a flagrante desigualdade social brasileira.

1.4. Políticas públicas afirmativas

As políticas de ações afirmativas para a educação superior resultam de um problema social histórico, cuja discussão mais detida teve início nas últimas décadas, trazendo à tona debates relativos à inclusão étnica, socioeconômica e cultural de estudantes em situação de vulnerabilidade social (HOSKEN, 2006).

É possível dizer que as ações afirmativas nas políticas públicas não são apenas diretrizes, mas devem ser cumpridas. Elas estão regulamentadas na Lei 12.711/2012, que é responsável pelo avanço nas universidades federais e estaduais em termos de inclusão social.

2. O CAPITAL SOCIAL

O conceito de capital social foi utilizado pela primeira vez por Hanifan em 1916 (MATOS, 2009). Entretanto, a primeira análise sistemática do conceito é atribuída a Bourdieu (1980), com a publicação do artigo “Le capital social: notes provisoires”.

Para Bourdieu (1980), a noção de capital social surgiu como uma maneira de estudar como o ambiente social é visto como um campo de ações onde os agentes (indivíduos e grupos) preparam estratégias que admitem conservar ou aperfeiçoar sua situação social. Essas estratégias estão correlacionadas com distintos tipos de capital, econômico, cultural ou social. Dessa forma, para o desenvolvimento desta pesquisa, foi utilizado o conceito de capital social, tal qual descrito por Bourdieu (1998).

3. O CONTEXTO DO PROUNI

O ProUni surgiu como ação estatal prioritária no ano de 2004 e foi regulamentado pela Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005 (BRASIL, 2005). Esse programa é destinado à concessão de bolsas de estudo integrais, assim como bolsas de estudo parciais, para estudantes de cursos de graduação ou sequenciais de formação específica, em instituições privadas de ensino superior, com ou sem fins lucrativos, que tenham aderido ao ProUni nos termos da legislação aplicável.

3.1. A inclusão social pretendida pelo ProUni

As instituições de ensino superior públicas atualmente são quase que restritas a alunos com suficiente poder aquisitivo para ingressar em cursos pré-vestibulares ou a alunos oriundos de instituições privadas, ou seja, alunos que tiveram acesso a um ensino de melhor qualidade por conta de sua situação socioeconômica (PACIEVITCH, 2006). O ProUni foi concebido como uma política de inclusão social que redistribui as oportunidades de acesso ao ensino superior, assegurando a inclusão social de grupos que antes não tinham perspectivas de frequentar o ensino superior. Os elementos que fazem com que uma pessoa ou grupo seja excluído podem estar relacionados a condições de pobreza, de nível de escolarização, de gênero, de etnia, de deficiência física ou intelectual ou de falta de conhecimentos específicos (TEIXEIRA, 2005).

4. MÉTODO DE PESQUISA

Neste capítulo serão descritas as características da pesquisa; o *locus* de pesquisa; o procedimento de coleta de dados empíricos; a caracterização do roteiro de entrevistas e o método de análise utilizado.

4.1. Caracterização da pesquisa

A pesquisa, segundo as classificações de Sampieri, Collado, e Lucio (2006), foi qualitativa, descritiva e exploratória, pois trata-se de estudo cujo objetivo é apresentar a análise do impacto da utilização da bolsa do ProUni, em relação ao acúmulo do capital social pelos alunos bolsistas do ProUni, autodeclarados pretos ou pardos: o que os alunos que ingressaram pretendem ou esperam acumular; e o que os alunos egressos consideram que acumularam com essa ação inclusiva. Pretende-se, assim, buscar semelhanças que permitam apontar a efetividade (ou não) do Programa do ponto de vista dos beneficiados, levando em conta não apenas os números levantados por pesquisas estatísticas, mas a expectativa e o efetivo rendimento subjetivo da participação de cada entrevistado naquele grupo e estabelecer prioridades para investigações posteriores.

4.2. Locus de pesquisa

A pesquisa de campo (GIL, 2009) teve como *locus* a Universidade Católica de Brasília – UCB, localizada na cidade de Águas Claras, no Distrito Federal.

Cumprido ressaltar que UCB é uma instituição filantrópica, católica, cuja política própria pode ter impacto nos resultados das repostas dos estudantes entrevistados.

4.3. Procedimento de coleta de dados empíricos

O primeiro contato com os alunos bolsistas do ProUni, autodeclarados pretos ou pardos, foi realizado via ligação telefônica. Neste momento os estudantes eram informados dos objetivos da pesquisa e sigilo de suas identidades. Após os esclarecimentos necessários, era questionado se havia interesse em agendar a entrevista presencial. Das 20 entrevistas realizadas, 1 (uma) foi realizada no local de trabalho do estudante, 1(uma) foi realizada na residência do estudante, 1(uma) foi realizada no Inep e as demais 17 entrevistas foram realizadas em uma sala na UCB, reservada unicamente para este fim.

As entrevistas realizadas com o grupo de alunos egressos teve duração de 30 minutos a 1h30. As entrevistas realizadas com o grupo de alunos que estavam ingressando tiveram duração de 20 a 40 minutos.

Dada a resistência dos estudantes para aceitarem e comparecerem às entrevistas presenciais, não foi possível estabelecer uma variedade de cursos, tampouco um equilíbrio de faixa etária e gênero.

4.4. Caracterização do roteiro de entrevistas

As entrevistas foram feitas utilizando um roteiro semiestruturado, isso é, foram elaboradas quatro séries de perguntas, fora o questionário demográfico (informações sobre os indivíduos). As séries de perguntas foram baseadas nas ideias de Bourdieu (1998) relacionadas ao conceito de capital social.

4.5. Método de análise

O primeiro passo para a análise das entrevistas realizadas com os alunos bolsistas do ProUni, autodeclarados pretos ou pardos, foi de realizar a transcrição e audição exaustiva das respostas dos entrevistados. A partir dos temas propostos, a análise de conteúdo (BARDIN, 1997; 2004), foi realizada levando em conta a subjetividade de cada entrevistado, porém, buscando linhas de conexão.

5. CONCLUSÃO

Esta pesquisa focou na análise da aquisição de capital social dos bolsistas autodeclarados negros no contexto do Programa Universidade para Todos – ProUni, criado em 2004, em meio a políticas públicas afirmativas atualmente em vigência no Brasil. A escolha por bolsistas do ProUni autodeclarados pretos ou pardos é justificada pela relevância histórica e social do Programa, que tenta sanar um problema no que diz respeito a inclusão

desses indivíduos principalmente na universidade, mas também socioeconomicamente. A pesquisa, portanto, ao entrevistar os bolsistas que se declararam pretos ou pardos, tentou levantar a percepção dos próprios entrevistados quanto a sua participação no Programa, utilizando, como base teórica, o conceito de capital social tal qual descrito por Bourdieu (1998). Além disso, levou-se em conta a questão da análise de política pública (LASWELL, 1936), que conciliar conhecimento acadêmico com a produção empírica dos governos e as perguntas básicas: quem ganha o quê? Que diferença faz? (LASWELL, 1950).

Por ser uma política pública entre outras, o ProUni tem o objetivo de corrigir desigualdades sociais ao dar acesso a camada mais pobre da população à educação e, conseqüentemente, a oportunidades de trabalho. O Programa oferece bolsas de estudo em instituições de ensino superior para pessoas a partir de sua situação socioeconômica, étnica e cultural, ou seja, alunos em situação de exclusão obtêm acesso ao ensino superior através do Programa, entre eles, pessoas com deficiência, autodeclarados indígenas, professores em exercício na rede pública e, enfim, o foco deste estudo: pessoas autodeclaradas pretas ou pardas. Trata-se, portanto, de um programa que trata inclusão social por meio da educação superior.

Para responder essas questões recorreu-se a, primeiro, revisão de literatura e pesquisa documental, para levantar dados importantes sobre políticas públicas afirmativas e seu embasamento teórico, assim como sobre a situação de exclusão especificamente da população negra no Brasil; em segundo lugar, o que foi central para este estudo, realizou-se uma pesquisa empírica com os estudantes beneficiados pelo ProUni na Universidade Católica de Brasília (DF). Os dados foram coletados a partir de entrevistas semiestruturadas, durante os meses de junho e setembro de 2017. O roteiro foi elaborado a partir das ideias de Bourdieu (1998) relacionadas ao conceito de capital social, e cobriram temas específicos, descritos também por Bourdieu (1998): a questão das redes e grupos dos quais os alunos faziam ou

querem fazer parte; a questão das motivações para integrar esses grupos; a questão da solidariedade entre os membros desses grupos; e, enfim, a questão da inclusão social tal qual percebida pelos entrevistados. Mais uma vez, o foco das entrevistas foi a percepção dos alunos a partir de suas próprias experiências.

O perfil dos entrevistados era, primeiro, o de alunos que se declararam pretos ou pardos, seguindo o foco das políticas afirmativas como uma forma de reparar dívidas históricas, no caso, a abolição da escravatura e seus resultados; segundo, alunos que foram beneficiados com uma bolsa integral para cursar o ensino superior na modalidade presencial; e, por último, que estivessem ou ingressando no segundo semestre de 2017 ou terminando o curso nesse mesmo período. Os entrevistados, enfim foram 20 bolsistas, sendo 10 em seu primeiro semestre como bolsistas naquela instituição, e 10 bolsistas que já concluíram ou estavam concluindo a graduação no momento da entrevista. O objetivo era fazer uma análise comparativa entre as expectativas dos alunos ingressantes e os resultados do Programa a partir da percepção dos alunos egressos. Foram constituídos, portanto, um grupo de controle e um grupo experimental, cujas respostas de cada grupo foram confrontadas para enfim, encontrar pontos de comparação entre as expectativas e os resultados oferecidos pelo ProUnia e, ao mesmo tempo, apresentar uma estratégia de superação de possível fragilidade da análise.

Com essa seleção de entrevistados, foi possível avançar na questão dos resultados do ProUni desde a perspectiva dos beneficiários, uma área que, apesar da dimensão e da quantidade de trabalhos sobre o Programa, ainda tem muito o que avançar. Os passos iniciais desta pesquisa seguiram o caminho de identificar qual o capital social acumulado pelos estudantes autodeclarados negros em decorrência da utilização da bolsa do ProUni, qual o capital social que os estudantes negros que ainda não utilizaram a bolsa do ProUni esperam acumular com a utilização do benefício, quais tipos de capitais (cultural, social, econômico) foram acumulados pelos estudantes autodeclarados negros antes e após a utilização da bolsa

do ProUni e, por fim, quais capitais (cultural, social, econômico) adquiridos pelos estudantes autodeclarados negros em decorrência do benefício do ProUni contribuem, segundo os próprios entrevistados, para sua inclusão social. A ideia de capital social, como concebida por Bourdieu (1988), serviu como uma forma de aferir o “conjunto das propriedades individuais possuídas por um agente” (Bourdieu, 1998, p. 67). As perguntas das entrevistas semiestruturadas, portanto, foram baseadas em desdobramentos deste conceito de capital social, considerando que “diferentes indivíduos obtêm um rendimento muito desigual de um capital” (67). O conceito, portanto, foi apropriado para considerar a repercussão do Programa ao nível do indivíduo, ou seja, como cada um dos 20 entrevistados concebem os ganhos, reais ou esperados, que obtiveram ou podem vir a obter com a participação no Programa. O passo final da análise foi comparar as respostas individuais para tirar conclusões mais gerais, primeiro entre os alunos egressos, depois, entre os ingressantes para, posteriormente, fazer uma comparação entre os dois grupos, na tentativa de criar uma leitura que vai das expectativas iniciais aos resultados obtidos ao final do curso.

A análise das entrevistas revelou pontos relevantes para o estudo dos bolsistas do ProUni desde o ponto de vista dos beneficiários. Entre os principais achados, está o fato de que os alunos que iniciavam o curso no segundo semestre de 2017 estavam diretamente relacionados aos alunos que terminavam o curso na mesma época por seis principais motivos 1) certa relutância em se considerar parte dos grupos dentro da universidade, assim como quanto a sua posição e participação dentro deles; 2) certa contradição em, ao mesmo tempo, perceber as vantagens advindas da participação no Programa, mas hesitação na hora de listar e conceber os benefícios materiais advindos ou esperados dessa experiência; e 3) percepção constante, ou seja, desde o início do curso até o final (considerando-se os entrevistados dos dois grupos) de que a universidade pode gerar inclusão social; 4) visão positiva do espaço e dos grupos universitários como local de solidariedade, confiança e colaboração; 5) vislumbre

de ganhos, materiais ou não, advindos da experiência universitária, com ênfase na expectativa por ganhos socioeconômicos (e não necessariamente em sua efetivação); e 6) a percepção de que há ou haverá inclusão social depois da participação no Programa.

Em particular, as diferenças abstraídas da comparação entre o grupo de alunos ingressantes e egressos revelaram que há mudanças muito específicas na visão de mundo dos entrevistados no começo e ao final do curso. Essas diferenças foram atribuídas, seguindo o referencial teórico, em especial os trabalhos de Bourdieu (1998), ao ganho de certo capital social que a experiência como bolsista do ProUni possibilita: em geral, o aluno que termina o curso tem mais noção das possibilidades que a experiência universitária possibilita, mais especificamente na questão dos grupos dos quais podem fazer parte, ou seja, alunos ingressantes em geral tendem a se aproximar de colegas de classe, geralmente na mesma situação social e econômica, muitas vezes bolsistas, enquanto alunos ao final do curso fazem parte de mais grupos, entre eles alguns que incluem professores e outras associações dentro da universidade (CAs e grupos de interesse, por exemplo grupos LGBT); na questão da solidariedade, ou seja, alunos ao final do curso têm, em geral, seu horizonte de expectativas expandido: seu foco, nesse quesito, muitas vezes é em diversos grupos de apoio e solidariedade, enquanto os alunos ingressantes são mais relutantes em participar dos grupos que ainda estão conhecendo; e, finalmente, na questão da inclusão social, ou seja, apesar de serem incertos, principalmente no que diz respeito ao acesso ao mundo profissional em suas áreas, os alunos ao final do curso têm mais noção das possibilidades que o curso lhes abriu, enquanto os ingressantes têm uma visão limitada, mesmo que esperançosa, dos mercados e possibilidades de emprego e ascensão socioeconômica.

Ao final, o que une os dois grupos é a expectativa de inclusão social por via da educação. Os em geral entrevistados acreditam que a experiência possibilitada pelo benefício advindo do Programa pode expandir seu capital social e, portanto, permitir inclusão social.

Essa motivação é um dos principais motores para que esses alunos prossigam no Programa, apesar das dificuldades (algumas delas de caráter econômico, ou seja, elevado preço de materiais para os cursos, de transporte e de alimentação, alguns deles imateriais, como o sentimento de segregação e de marcas de diferenças sociais e étnicas, por exemplo).

Este estudo, por conta do escopo e do tempo disponível para realiza-lo, focou em dois grupos específicos de alunos: aqueles que ingressavam no segundo semestre de 2017 e os que terminavam o curso no mesmo semestre. Possibilidades de expandir esta pesquisa são, por exemplo, considerar grupos de alunos que, mesmo com acesso a bolsa integral do ProUni, por algum motivo desistiram do curso, ou mesmo alunos que estão no meio do curso, enfrentando problemas para se manterem. Essas possibilidades enriqueceriam essa área de estudos, e possibilitaria resultados mais pragmáticos, como, por exemplo, aqueles que permitiriam desenvolver maneiras e estratégias de fazer com que os alunos concluíssem o curso ou, de forma mais específica, permitiriam o conhecimento dos motivos subjetivos que, por um lado, fazem com que os alunos permaneçam no curso ou, por outro, desistam. Outro quesito que chamou atenção durante as pesquisas foi o aspecto emocional dos entrevistados. Um referencial teórico que levasse em conta esse aspecto emocional poderia, também, ser produtivo, uma vez que este estudo não deu conta desse ponto. É interessante, entretanto, destacar que muitas das entrevistas foram atravessadas por momentos muito emotivos e que muitos dos entrevistados, ao contarem suas histórias, mostraram-se vulneráveis e abertos, chegando muitas vezes a chorar ao contar detalhes de suas experiências.

Os resultados deste estudo, ainda que parciais e preliminares, indicam que a participação dos alunos desses dois grupos, de egressos e ingressantes, nas redes permitidas pela experiência universitária foram essenciais para modificar a percepção desses indivíduos quanto ao acesso a recursos materiais, assim como a bens culturais, sociais e econômicos. Pode-se inferir, a partir deste estudo, que a inclusão na universidade teve um impacto direto

na aquisição de capital social dos beneficiados. Criando participação e inclusão social através da educação, o ProUni também ajuda a dar voz a certa parcela da população que anteriormente estava marginalizada no ensino superior, ou seja, aqueles em situação de vulnerabilidade social, mais especificamente, a população de pessoas autodeclaradas pretas ou pardas nesse segmento. Em outras palavras, o aumento do capital social pode, sim, gerar inclusão social que, por sua vez, pode gerar mudanças profundas, primeiro, na educação superior e, segundo, na sociedade brasileira como um todo.

No entanto, não se pode deixar de evidenciar que a questão causal desses resultados pode ir além do Programa. É possível que os resultados obtidos nesta pesquisa apresentem uma forte relação causal com a política do *Lócus* escolhido para o estudo. A UCB é uma universidade que inclui entre seus princípios, atender a todos os alunos, independentemente de suas convicções, classe social, etnia e cultura. Além disso, a UCB, dentre as três maiores universidades que ofertam bolsas do ProUni no Distrito Federal, foi a única que manifestou interesse em colaborar com a realização desta pesquisa e tomar conhecimentos dos seus resultados. Tal fato já evidencia o comprometimento e interesse da instituição em valorizar o ambiente educativo. Contudo, as conclusões da pesquisa estão baseadas absolutamente nas considerações dos entrevistados, cuja absoluta maioria afirmou que não teria acesso a uma instituição privada de educação superior sem a bolsa do ProUni.

Ainda seguindo uma análise baseada na percepção dos usuários da política, como sugestões de melhorias ao Programa, a maioria dos estudantes se mostraram tão satisfeitos e agradecidos com a oportunidade de cursar a educação superior em uma universidade privada, que sequer tinham alguma sugestão de melhoria para indicar. Aqueles que se dispuseram a pensar em alguma melhoria, no momento da entrevista, as sugestões se limitaram às questões financeiras enfrentadas durante o curso. Quais sejam: 1) flexibilizar a regra de manutenção da bolsa integral aos estudantes com renda familiar bruta mensal de até um salário mínimo e

meio. Pois, ainda durante o curso superior, aparecem oportunidades de um emprego formal ou estágio remunerado, no entanto, quando o salário recebido eleva a renda familiar bruta mensal para além de até um salário mínimo e meio, o estudante deixa de ter direito à bolsa. Contudo, como muitas das vezes o valor da renda é menor que o valor da bolsa, o estudante prefere ficar desempregado para manter a bolsa e finalizar o curso; 2) implementar uma política de ajuda de custos para compras de materiais, alimentação e despesas com transportes à estudantes de cursos que exigem a permanência de 6 horas ou mais na universidade, nos quais os horários de estudo impedem a realização de alguma atividade remunerada.

Fica ressaltada a importância de melhorias ao ProUni relacionadas à manutenção das condições financeiras dos estudantes permanecerem nas universidades. No discurso dos entrevistados que estavam se formando em cursos ligados à área da saúde, foi comum o relato das dificuldades relacionadas à compra de materiais específicos, tendo, muitos deles, que recorrer à solidariedade dos colegas de classe para emprestar seus materiais. Cumpre ressaltar que no *Lócus* de realização dessa pesquisa, há uma política de compras de livros para qualquer estudante, bolsista ou não, quando o exemplar não consta no acervo da biblioteca. Dessa forma, foi comum no discurso dos entrevistados egressos que as despesas com compras de livros não configurou uma dificuldade na graduação cursada na UCB, pois a universidade provê os livros por meio de empréstimo. Entretanto, é importante destacar que, no corpo do texto da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005 (BRASIL, 2005), não existe exigência alguma por parte do MEC em relação à IES que recebem estudantes de baixa renda no que se refere à execução de ações em prol dos estudantes beneficiados. Tampouco, o termo de adesão das instituições de ensino superior ao ProUni exige que essas instituições promovam ações internas destinadas à estruturação de condições de permanência dos bolsistas no curso, para que seja promovida a verdadeira democratização do ensino superior.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1997.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 3 ed. Lisboa: Edições 70, 2004.

BARROS, R. Políticas públicas. Acesso de negros à educação melhora em termos quantitativos, mas não qualitativos. **Revista do Ensino Superior**. 2017. Disponível em: <<http://www.revistaensinosuperior.com.br/politicas-publicas/>>. Acesso em: 14 dez. 2017.

BOURDIEU, P. Le capital social. In: **ACTES de la recherche en Sciences sociales I**, n. 31, 1980.

BOURDIEU, P. The forms of capital. In: Richardson, J. (Ed.) **Handbook of theory and research for the Sociology of Education**. New York: Greenwood Publishing Group, 1986. p. 241-258.

BOURDIEU, P. O Capital Social: notas provisórias. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (org.). **Escritos de educação**. Petropolis: Vozes, 1998. p. 67.

BRASIL. Lei no 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei no 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 14 jan. 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111096.htm. Acesso em 16 set. 2017.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 30 ago. 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm>. Acesso em: 16 set. 2017.

DEMETER, P. R. **Políticas públicas: é preciso conhecer**. AATR-BA, 2002.

FACEIRA, L. D. S. Programa Universidade para Todos: política de inclusão acadêmica e social. **Revista Novo Enfoque**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 7, 2008. Disponível em: <<http://www.castelobranco.br/sistema/novoenfoque/files/07/06.pdf>>. Acesso em: 24 out. 2017.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009

HASENBALG, C.; SILVA, N. de V. **Estrutura social, mobilidade e raça**. Rio de Janeiro: Vértice/IUPERJ, 1988.

HOSKEN, C. de L. Ações afirmativas. **MP/MG Jurídico**, v. 1, n. 3, dez. 2005/jan. 2006.

LASSWELL, H. D. **Politics: Who gets what, when, how**. Cleveland: Meridian Books, 1936/1958.

LASSWELL, H. D. **Politics: Who gets what, when, how**. New York: P. Smith. 1950.

MATOS, H. **Capital social e comunicação: interfaces e articulações**. São Paulo: Summus, 2009.

PACIEVITCH, C. Reseña de construtores de identidades: a pedagogia da nação nos livros didáticos da escola secundária brasileira de Arlette Medeiros Gasparello. **Práxis Educativa** (Brasil), v. 1, n. 1, p. 106-108, 2006.

SAMPIERI, R. H., COLLADO, C. F., & Lucio, P. B. **Metodologia de Pesquisa**. 3. ed. São Paulo: McGraw Hill, 2006.

SECCHI, L. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

SECCHI, L. **Políticas públicas: Conceitos, esquemas, casos práticos**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

TEIXEIRA, C. Educação e inclusão social? Os limites do debate sobre o papel da escola na sociedade contemporânea. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 7., 2005. **Anais...** Belo Horizonte, 2005.